

**ALTERIDADE DIANTE DA CRUELDADE: REFLEXÕES ÉTICAS DA
SUBJUGAÇÃO DOS ANIMAIS NAS RELAÇÕES SOCIAIS E TÉCNICAS DE
PRODUÇÃO CAPITALISTA**

**ALTERITY BEFORE CRUELTY: ETHICAL REFLECTIONS OF THE SUBJUGATION
OF ANIMALS IN SOCIAL RELATIONS AND TECHNIQUES OF CAPITALIST
PRODUCTION**

1

*Luzia de Kassia Rocha de Souza*¹

Universidade Federal da Grande Dourados

Submetido em: 30/11/2024

Aceito em: 09/12/2024

Resumo: O objetivo central deste trabalho é explicar, à luz da bioética animal, como a crueldade contra os animais de produção converge na acumulação capitalista. Construído a partir de pesquisa bibliográfica, o artigo reflete sobre a prevalência do antropocentrismo nas relações sociais de produção e sobre a subjugação especista nas relações técnicas de produção. É possível inferir que, a crueldade contra os animais resulta da produção em ampla escala possibilitada pela tecnologia na ampliação dos meios de produção e da demanda exacerbada por matéria-prima (que são os animais batidos) transformada em mercadoria no processo de produção capitalista. Quanto maior a demanda por matéria-prima, maior é a densidade de animais vivos no trânsito, confinados, mutilados, com hematomas, ferimentos, ossos quebrados, em sofrimento e abatidos. Sendo assim, a crueldade contra os animais faz parte do processo de acumulação do capital.

Palavras-chave: Acumulação; Crueldade; Senciência.

Abstract: *The central objective of this work is to explain, in the light of animal bioethics, how cruelty against production animals converges on capitalist accumulation. Based on bibliographical research, the article reflects on the prevalence of anthropocentrism in social relations of production and on the specist subjugation in technical relations of production. It is possible to infer that cruelty against animals results from the large-scale production made possible by technology in the expansion of means of production and the demand exacerbated by raw material (which are the beaten animals) transformed into commodity in the capitalist production process. The higher the demand for raw material, the greater the density of live*

¹ Doutora e Mestra em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), especialista em educação em direitos humanos, assistente social. Coordenou o Núcleo de estudos em Direitos Humanos (NEDIH) da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS).

animals in transit, confined, mutilated, with bruises, injuries, broken bones, suffering and slaughtered. Thus, cruelty to animals is part of the process of accumulation of capital.

Keywords: Accumulation; Cruelty; Sentience.

SUMÁRIO: 1 Introdução. 2 A prevalência do antropocentrismo nas relações sociais no modo de produção capitalista. 3 Relações técnicas de produção, crueldade e acumulação de capital. 4 Conclusão. 5 Referências.

1 Introdução

A tecnologia empregada na industrialização dos meios de produção acelera a capacidade de produzir e provoca a demanda exarcebada por matéria-prima, os recursos naturais. Entretanto, a demanda por matéria-prima não é uma determinação somente da tecnologia, evasivamente, mas da reprodução de um padrão global de consumo para acumulação capitalista e do poder derivado dessa acumulação. Não é a indústria por si e nem a técnica que demandam exarcebadamente por matéria-prima, mas as pessoas imbuídas da ideologia do consumo. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é explicar como a crueldade contra os animais de produção converge na acumulação capitalista.

Elaborado a partir de revisão bibliográfica (desdobramento da tese Agronegócio e a crueldade contra os animais na produção de carne bovina em Tocantins) o artigo é constituído por quatro partes, além da introdução e conclusão, o texto é composto por dois subtítulos “A prevalência do antropocentrismo nas relações sociais no modo de produção capitalista” em que há uma contextualização histórica sobre a concepção da espécie humana sobre si e sobre os animais, visibilizando a prevalência do antropocentrismo nas relações sociais de produção capitalista; e “Relações técnicas de produção, crueldade e acumulação de capital” onde está a explanação mais categórica de como a crueldade contra os animais converge na acumulação de capital.

O método de apreensão e elaboração do conteúdo é o materialismo histórico dialético, as principais referências teóricas são Marx (2017) Luxemburgo (1976) e Thomas (1988). Nesse seguimento, há o empenho em visibilizar o sentido de unidade dos seres sencientes, perante a prevalência da concepção cartesiana que fragmenta a natureza e permeia as relações sociais separando os seres humanos dos demais seres vivos que compõem os ecossistemas terrestre. Nesta separação, os seres humanos subjagam os demais seres vivos a partir da capacidade pensar e construir tecnologia, visto que os demais seres vivos da terra não possuem a capacidade teleológica.

Desse modo, é possível inferir que, a crueldade contra os animais converge na acumulação de capital a partir da subjugação especista tecnológica, mas não é a tecnologia evasivamente que provoca a crueldade contra os animais, mas sim a ideologia consumista perpassada pela concepção antropocêntrica.

2 A prevalência do antropocentrismo nas relações sociais no modo de produção capitalista

A transição do feudalismo para o capitalismo é marcada, entre outros elementos, pela emergência da tecnologia aplicada à industrialização na agricultura. Logo, industrializar a produção de alimentos permite a produção em larga escala e a acumulação de capital. Em consonância com Marx (2017), para que ocorra a acumulação de capital é indispensável que haja, no processo de produção e reprodução, um fluxo contínuo e interdependente de subordinação da força de trabalho e domínio dos recursos naturais. É exatamente a automação de máquinas para a produção em ampla escala que possibilita a ampliação dos meios de produção e a expansão do domínio da espécie humana sobre os recursos da natureza, que são matérias-primas para a acumulação de capital. De acordo com (Marx, 2017 p. 368)

As condições técnicas do processo de trabalho podem ser revolucionadas de modo que, por exemplo, se antes dez trabalhadores, usando dez ferramentas de baixo valor, trabalhavam uma quantidade relativamente pequena de matéria-prima, agora apenas um trabalhador, usando uma máquina mais cara, trabalha uma quantidade de matéria-prima cem vezes maior.

As matérias-primas são os recursos naturais, portanto, no contexto da produção de alimentos de origem animal, as matérias-primas são os animais abatidos. Desse modo, a partir das condições técnicas de produção no modo capitalista, ocorre a subjugação dos animais por meio da tecnologia, assim como prevalece, nas relações sociais de produção, o antropocentrismo como reprodução do capitalismo. Nesse sentido, este texto pretende destacar a prevalência do antropocentrismo nas relações sociais de produção como reprodução do capitalismo.

Conforme Marx, “considerando do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução” (Marx, 2017 p. 781). É possível refletir que reproduzir o capitalismo nas relações sociais é repetir a subjugação especista na produção e no consumo das mercadorias e nos valores sociais em termos de concepção da espécie humana sobre si e

sobre os animais.

Nesse seguimento, de acordo com (Marx, 2017 p. 31), “o homem é um ser social determinado pela história das relações sociais por ele próprio criadas”, isto é, as pessoas constroem o contexto em que vivem e são construídas pelas relações históricas, econômicas, culturais, sociais e especialmente pelo modo de produção a que estão submetidas a reproduzir. Ressalta-se, assim, que as pessoas não são genéricas, supra-históricas, mas, sim, são frutos dessa construção dialética que se materializa historicamente. Sob essa ótica, a concepção antropocêntrica das pessoas sobre si é determinada por processos históricos que atendem o interesse da subjugação dos recursos naturais para acumulação capitalista.

Ressalta-se que, anteriormente ao predomínio da concepção antropocêntrica nas relações sociais, no Ocidente o pensamento teocêntrico regia a compreensão humana a respeito dos acontecimentos sobre si, desde a pré-história, perdurando durante a Idade Média até a Idade Moderna, período em que emerge o pensamento antropocêntrico. O sentido etimológico da palavra teocentrismo tem origem no grego Theos (Deus) e Kentron (centro): “[...] segundo esta concepção Deus é o centro do universo, tudo foi criado por ele, por ele é dirigido e não há outra razão além do desejo divino sobre a vontade humana (Junior; Oliveira, 2020, p. 104, apud Netto, 2009, p.39). Desse modo, na Idade Média o entendimento hegemônico do ser humano sobre si e sobre a concepção dos sujeitos, de suas ações e de todos os acontecimentos partia de uma força divina externa, portanto, não havia a compreensão da individualidade, da vontade e dignidade humanas.

Sendo Deus o centro absoluto do universo, o ser humano estava em um plano inferior de consideração em termos de necessidades individuais, uma vez que, na Idade Média, quaisquer mazelas poderiam ser justificadas pela vontade divina. Nesse sentido, “a idade moderna representou uma ruptura com as estruturas sociais, econômicas, políticas, religiosas e culturais da Idade Média” (Silva, 2017, p. 1), bem como o rompimento do paradigma teocêntrico para o antropocêntrico, em que o ser humano passa a estar no centro do universo

Durante a Idade Moderna o homem passa a dar maior importância a si mesmo, valorizando sua condição humana e sua capacidade de intervenção na natureza. A visão teocêntrica é sobreposta pela visão antropocêntrica da realidade. Essa perspectiva de mudança é inter-relacionada com dois novos valores da sociedade moderna, o individualismo – valorização do indivíduo, e o racionalismo – valorização da razão (Silva, 2017, p. 1, apud Russell, 2004).

A emergência do antropocentrismo destaca assim um período de ascensão do ser humano e de valorização da importância de sua subjetividade, de seus sentimentos,

identidade, diversidade. O antropocentrismo relaciona-se a um período de abolição do ser humano em diversos âmbitos, já que o aprisionamento principal estava na própria concepção de vida teocêntrica, em que os aspectos de humanidade eram negligenciados.

A concepção de “humanismo” surge na atmosfera de ebulição do Renascimento, paralela ao nascimento da ciência moderna, instaurando a noção da dignidade humana e erigindo a realização do potencial natural do ser humano como meta intelectual (Aleksandrowicz; Minayo, 2005, p. 514).

O predomínio da espécie humana na modernidade ocasionou a subjugação utilitarista das plantas, águas, minérios e animais no modo de produção e reprodução capitalista, impactando o contexto socioeconômico atualmente. Tal subjugação antropocêntrica encontra fundamentos teológicos a partir da interpretação de relatos acerca da criação no livro de Gênesis. No trecho que segue, pode-se entender que o ser humano é a espécie detentora das demais espécies da terra para saciar suas necessidades.

Temam e tremam em vossa presença todos os animais da terra, todas as aves do céu, e tudo o que tem vida e movimento na terra. Em vossas mãos pus os peixes do mar. Sustentai-vos de tudo o que tem vida e movimento (Gênesis, IX, 2-3).

Nota-se que, “na Inglaterra dos períodos Tudor e Stuart, a visão tradicional era a de que o mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades” (Thomas, 1988, p. 21). Por consequência, a industrialização da agricultura, a emergência do modo de produção capitalista e o cristianismo disseminado no Ocidente acompanham a interpretação dos relatos bíblicos sobre a criação dos seres da terra, em que o homem é elevado à condição de “proprietário” de todas as criaturas.

Cumprе sublinhar que Gênesis, capítulo IX, e outros trechos da Bíblia sobre a criação, recorrentemente, foram utilizados por reis, clérigos, filósofos, cientistas e pessoas comuns ocidentais para justificar a disposição da natureza e seus recursos – fauna, flora, minérios – como objetos utilitários à espécie humana em vivisseções e organizações produtivas de alimentos e objetos. Vale mencionar que “até mesmo quem desejava matar animais por simples prazer podia invocar, como observou Thomas Fuller em 1642, o alvará dado ao homem para dominar as criaturas [...] o cristianismo nos fornece as insígnias que permite usar esses esportes” (Thomas, 1988, p. 27). Dessa maneira, verifica-se que existiu um período histórico em que as interpretações sobre informações contidas na Bíblia, e os fundamentos da concepção antropocêntrica eram considerados “alicerces morais” teológicos para a distinção da vida dos seres humanos com autonomia superior à vida dos demais seres vivos. No entanto, vale mencionar também que se observam, no mesmo período, concepções

distintas das do Ocidente e das do cristianismo antropocêntrico.

Quando viajantes começaram a trazer relatos de como as religiões orientais mantinham uma visão totalmente diferente, e como os jainas, os budistas e os hindus respeitavam as vidas dos animais, até mesmo dos insetos, a reação geral foi de desconcertado desdém (Thomas, 1988, p. 26).

Ainda, segundo Thomas (1988), não cabe responsabilizar somente o cristianismo ocidental pelo posicionamento antropocêntrico sobre a concepção da vida humana e sobre o alcance das consequências devastadoras aos ecossistemas terrestres. Da mesma forma, não se constata, em outras culturas, modos de produção e reprodução que não sejam, de fato, antropocêntricos. Mesmo nas culturas em que os princípios religiosos consideram o percurso da vida dos animais, é possível verificar, na materialidade histórica, a prevalência do antropocentrismo.

Como notaria Karl Marx, não foi sua religião, mas o surgimento da propriedade privada e da economia monetária, o que conduziu os cristãos a explorar o mundo natural de uma forma que os judeus nunca fizeram; foi aquilo que ele chamou “a grande influência civilizadora do capital” que, finalmente, pôs fim a “deificação da natureza” [...] os antigos romanos exploravam os recursos naturais no mundo pré-cristão de modo mais eficaz que seus sucessores medievais cristãos; no período moderno, o culto da natureza não evitou a poluição industrial no Japão. Os problemas ecológicos não são exclusivos do Ocidente, pois a erosão do solo, o desmatamento e a extinção de espécies tiveram lugar em partes do mundo onde a tradição judaico-cristã não teve qualquer influência (Thomas, 1988, p. 29).

Cabe considerar que a luta da espécie humana pela sobrevivência é árdua e conduzida conforme a transformação de processos civilizatórios e o desenvolvimento de tecnologias que impulsionam a produção e o consumo de alimentos e objetos. Entretanto, é imprescindível refletir sobre o fato de que produzir alimentos e objetos úteis à sobrevivência humana tem sido, de certo modo, uma justificativa para subjugar a natureza por meio da tecnologia na produção em ampla escala para a acumulação de capital, visto que as formas de organizações produtivas e sociais singularizam a espécie humana pela sua capacidade mental de construir tecnologia.

A espécie humana historicamente separa-se da natureza, diferenciando-se das demais espécies. Tal separação relaciona-se ao paradigma mecanicista da natureza de Descartes. A perspectiva cartesiana considera os organismos vivos como máquinas: os animais, na biologia mecanicista de Descartes (1630), eram tomados como máquinas desalmadas e não como seres sencientes. É oportuno explicar o seguinte:

Tratava-se da tese de que os animais são meras máquinas ou autômatos, tal como os relógios, capazes de comportamento complexo, mas completamente incapazes de falar, raciocinar, ou segundo algumas interpretações, até mesmo de sensações.



Para Descartes, o corpo humano também é um autômato; afinal, ele desempenha várias funções inconscientes, como a digestão. Mas a diferença está em que no seio da máquina humana há a mente e, portanto, uma alma separada, enquanto os seres brutos são autômatos desprovidos de almas ou mentes. Só o homem combina, ao mesmo tempo, matéria e intelecto. (Thomas, 1988, p. 39).

As interpretações teocêntrica e antropocêntrica, quando compreendem a espécie humana como único ser possuidor de alma, corroboram para o usufruto dos recursos naturais para o bem-estar da espécie humana, livre do sentimento de culpa, empatia ou responsabilidade pela vida dos seres. Sendo assim, a evolução do pensamento humano, a respeito de si e dos animais, passa por diferentes estágios de compreensão interligando os diversos âmbitos: o das relações sociais de produção; o das relações técnicas de produção (que será melhor desenvolvido no capítulo II); e o da construção do conhecimento científico.

Nos séculos XVI e XVIII, “A noção de um universo orgânico, vivo e espiritual foi substituída pela noção do mundo como uma máquina, e a máquina do mundo tornou-se a metáfora dominante da era moderna” (Capra, 1999, p. 24). Assim, é possível verificar estudos científicos, de perspectiva cartesiana, que objetalizam os animais, embora haja também constatações científicas que visibilizam os sentimentos dos animais. No livro *A expressão das emoções no homem e nos animais*, publicado por Charles Darwin (1872), o autor organiza os três princípios fundamentais (1 expressões e gestos involuntários; 2 expressões e gestos sob a influência de emoções e sensações; 3 maioria das expressões e gestos involuntários) responsáveis pela maioria das expressões e gestos involuntários nas pessoas e nos animais, sob a influência das mais variadas emoções e sensações.

Importa notar que, em pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2021-2024), constatou-se que há um volume muito maior de trabalhos científicos com a utilização dos conceitos de território (30723 dissertações e teses) e agronegócio (6617 dissertações e teses) nas diversas áreas do conhecimento, comparado ao número de trabalhos que se valem de conceitos, por exemplo, de sciência (47 dissertações e teses) e de biocentrismo (95 dissertações e teses).

A discrepância acentuada nos números remete a diversas discussões; entretanto, pretende-se destacar neste contexto, somente que, atualmente, há ‘pouca’ recorrência da construção de conhecimento científico crítico a respeito da subjugação dos animais e do sentido de unidade dos seres sencientes. Pondera-se, sobre a prevalência do antropocentrismo na construção de conhecimento científico, o predomínio do cartesianismo.

René Descartes criou o método do pensamento analítico, que consiste em quebrar

fenômenos complexos em pedaços a fim de compreender o comportamento do todo a partir das propriedades das suas partes. Descartes baseou sua concepção da natureza na divisão fundamental de dois domínios independentes e separados — o da mente e o da matéria. O universo material, incluindo os organismos vivos, era uma máquina para Descartes, e poderia, em princípio, ser entendido completamente analisando-o em termos de suas menores partes (Capra, 1999, p. 24 e 25).

É oportuno explicar que, embora o pensamento analítico seja reducionista, cabe arrazoar a importância do cartesianismo, considerando o processo de evolução mental dos seres humanos sobre a compreensão de si e dos animais. De acordo com Capra (1999, p. 25), “à luz da nova ciência da química, os modelos mecânicos simplistas de organismos vivos foram, em grande medida, abandonados, mas a essência da ideia cartesiana sobreviveu”. Portanto, o pensamento analítico e a concepção antropocêntrica prevalecem na construção do conhecimento científico, de certo modo, ‘ancorados’ no cartesianismo.

O reconhecimento de que os animais não são seres inanimados possibilita a reflexão acerca da existência da alma nos seres sencientes, que supera a ideia cartesiana de que os animais são seres autômatos e inanimados. Desse modo, a possibilidade da existência da alma nos seres sencientes torna-se crucial para o rompimento do cartesianismo antropocêntrico. Nesse seguimento:

Desde Pitágoras, Sêneca e Porfírio [...] tem sido dito que a condição de todo ser vivo é sua liga ou vínculo indissociável à “teia da vida”. Em Pitágoras reconheceu, pela primeira vez na história da filosofia ocidental, “o parentesco de todos os homens [...] com todos os seres vivos”. À tese do *continuum* vivo, o autor acrescenta a da justiça natural, traduzida na afirmação de que “o homem e todo o ser vivo estão enraizados num *mundo* que, longe de ser o apanágio de alguns é dado a todos” *igualmente*. A tese do enraizamento da vida num único ser voltou a ser defendida na metade do século XX, por Aldo Leopold. Com o conceito de *comunidade biótica*, Leopold designa a natureza interdependente do conjunto dos seres vivos que habitam o planeta terra [...] Pitágoras afirma que com a morte do corpo biológico tudo o que não é matéria perecível migra para outra forma de expressão da vida. Ao perderem seu corpo, com a morte, as *almas* de todos os seres vivos incarnam em novas vidas, humanas e não-humanas (Felipe, 2009, p. 3,4,5).

Pondera-se que, apesar de contemporaneamente, nas universidades, a construção de conhecimento científico sobre a senciência dos seres vivos em contraponto à concepção mecanicista seja, de certo modo ‘parca’, existem análises de pensadores clássicos, como Humboldt (1845), Darwin (1859) e Marx (1867), cujas reflexões, embora não concordantes em todos os aspectos, apontam para ideias que remetem à unidade dos seres vivos e também à interdependência dos acontecimentos nos âmbitos político, econômico, cultural e social. Portanto, mesmo prevalecendo o cartesianismo antropocêntrico na construção do conhecimento científico, também há, nesse contexto, empenho em confirmar que todos os

seres – fauna, flora, água, minério, espécie humana e atitudes, interligadas – compõem um só organismo vivo.

Na obra mestra de Humboldt, intitulada *Cosmos* (1845), o autor utiliza o sentido da palavra Kósmos como um apoio para ‘condensar céu e terra’. Isso porque Kósmos é uma palavra de origem grega, aplicada na interpretação do universo como sistema organizado. Sendo assim, de acordo com Wulf (2016), “em 1834 Humboldt queria escrever um livro que reunisse tudo que existia nos céus e na terra, uma gama de coisas que variava das nebulosas distantes à geografia dos musgos, da pintura de paisagens à migração das raças humanas à poesia” (Wulf, 2016, p. 18). A obra remete à ideia de que a existência dos seres ocorre de modo interdependente. Nessa sequência, segundo Wulf (2016), de Charles Darwin, apoiado nas reflexões de Humboldt, emerge a seguinte contribuição:

É interessante contemplar um barranco emaranhado, revestido com muitas plantas de diversos tipos, com pássaros cantando nos arbustos, com vários insetos voejando ao redor e com minhocas rastejando pela terra úmida, e refletir que essas formas primorosamente construídas, tão diferentes umas das outras e dependentes entre si de maneira tão complexa, foram todas produzidas por leis que agem ao nosso redor (Wulf, 2016, p. 16 e 17).

A compreensão do sentido de interdependência da vida, o reconhecimento dos sentimentos e emoções nos seres que não somente humanos conta com análises de pensadores clássicos. Cabe lembrar a *Origem das Espécies*, de Darwin (1859), com a teoria de que todos os seres vivos descendem de um ancestral comum; teoria que, naquele momento, foi considerada uma revolução e que, na contemporaneidade, fundamenta desdobramentos a respeito da senciência animal e da interdependência da vida dos seres na Terra. Nota-se também a interdependência (interdisciplinaridade) entre as diversas áreas do conhecimento para a emergência de estudos sobre a senciência e o sentido de unidade dos seres vivos.

Uma vez que *Cosmos* contemplava uma ampla gama de temas, a pesquisa de Humboldt passava por todas as áreas concebíveis. Consciente de que não tinha como saber sobre tudo, Humboldt recrutou um exército de ajudantes – cientistas, classicistas e historiadores – todos especialistas em seus respectivos campos de atuação. De bom grado, botânicos britânicos enviavam a Humboldt longas listas de plantas dos países que visitavam, astrônomos disponibilizavam seus dados, geólogos forneciam mapas e classicistas consultavam textos antigos para Humboldt. Seus velhos contatos na França mostraram ser muito úteis também (Wulf, 2016, p. 18 e 19).

Há séculos o rompimento com o antropocentrismo, que almeja uma concepção de vida com sentido de unidade dos seres sencientes, está nas reflexões de pensadores e nas atitudes



contraculturais da sociedade. Nesse seguimento, além da interdependência da vida dos seres sencientes, também há evidência de interdependência dos fatos que constituem a realidade no âmbito das relações sociais, econômicas, culturais e políticas. Destaca-se que Marx (2017), em sua contribuição com a crítica à economia política, ensina que a construção dos sujeitos e o meio em que vive ocorre a partir do movimento dialético e materializa-se historicamente. No prefácio de *O capital I*, Jacob Gorender ressalta que “Marx intuiu que essa dialética devia ser o princípio dinâmico do materialismo, o que viria a resultar na concepção revolucionária do materialismo como filosofia da prática” (Marx 2017, p. 23). Desse modo, para Marx (2017) a materialidade histórica dialética é constituída da subjetividade de cada pessoa concomitante às suas experiências externas a si, sendo que, por meio do movimento dialético, cada pessoa constrói o ambiente em que vive e também é fruto desse mesmo contexto.

Cabe inferir que a construção da realidade (sujeitos e contexto) ocorre de maneira interdependente, logo, as consequências do comportamento antropocêntrico nas relações sociais permanece na materialidade histórica e trata-se de uma construção coletiva dos seres da espécie humana, sendo então possível a mudança do paradigma antropocêntrico na reprodução capitalista, isso porque trata-se de uma questão de evolução da concepção dos seres humanos sobre si e sobre os seres sencientes nas relações sociais.

Ao se analisar o processo de evolução da concepção humana sobre si e sobre os animais, desde o teocentrismo, passando pelo antropocentrismo até a concepção do sentido de unidade dos seres, é possível refletir que os seres humanos precisaram primeiramente alcançar consciência sobre si, superando o teocentrismo, para, posteriormente, reconhecerem a existência da senciência dos demais seres vivos da Terra. Ou seja, a espécie humana primeiro precisa abolir a si própria (do teocentrismo para o antropocentrismo) para depois entender a importância de abolir os demais seres vivos, isso pela evidência da conexidade e pelas consequências de negligenciar a interdependência da vida dos seres.

3 Relações técnicas de produção, crueldade e acumulação de capital

Ampliar a produção de alimentos de origem animal requer a industrialização da produção com base tecnológica. Ou seja, a ciência aplicada à tecnologia para o uso ampliado dos meios de produção, de modo que a automação de máquinas possibilite a produção em ampla escala. Neste item há explanação de como a crueldade com os animais de produção, subjugados por meio da tecnologia, converge para a acumulação de capital. Tendo em vista a lógica

argumentativa dos animais bovinos como matéria-prima para produção de carne e também como mercadoria com valor de troca,

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão (Marx, 2017, p. 158)

As mercadorias são os objetos e os alimentos fabricados para atender às necessidades humanas. Conforme (Marx 2017), as mercadorias intrinsecamente possuem ‘valor de uso’ e também podem ser constituídas como ‘valor de troca’. O valor de troca de uma mercadoria é atribuído pelo investimento dispensado em sua produção, como a força de trabalho. No caso de animais vivos – na forma de mercadoria –, os produtores de gado para corte vão atribuindo valor de troca durante a vida produtiva dos animais, por meio da cria, recria e engorda, por meio de cuidados veterinários para a saúde, inspeção sanitárias do governo; investimentos que são convertidos em valor de troca.

Assim os animais de produção são mercadorias vendidas com finalidade do abate para serem matérias-primas na produção de outra mercadoria que é a carne.

É verdade que o dinheiro e a produção de dinheiro, assim como a troca e a produção de mercadorias, são muito mais antigos que a forma de produção capitalista. Mas somente nessa última a circulação de dinheiro se converteu na forma geral da circulação social e com isso em elemento básico do processo de reprodução social (Luxemburgo, 1976, p. 73 e 74)

Nesse contexto é imprescindível explicar que o processo de produção no modo capitalista conta com relações técnicas de produção e relações sociais de produção para a transformação de matérias-primas em mercadorias. As relações técnicas são as relações entre as pessoas e a natureza para a transformação em produtos.

O processo da produção é, em todos os graus da evolução social, uma unidade formada por dois elementos distintos, embora intimamente relacionados: **as condições técnicas e as sociais, isto é, da relação dos homens com a natureza e das relações dos homens entre si.** A reprodução depende em igual grau de ambos os fatores (Luxemburgo, 1976, p. 12, grifos próprio).

Desse modo, as relações técnicas ocorrem numa perspectiva de subjugação tecnológica especista e as relações sociais numa perspectiva de prevalência do antropocentrismo. A subjugação especista nas relações técnicas de produção acontece por meio da tecnologia, fundamentada na concepção da espécie humana como racional, e, portanto, detentora das capacidades mentais de dominar as demais espécies de vida.

Nas relações técnicas de produção, que correspondem à relação entre o homem e a

natureza, cuja intermediação ocorre por meio do conhecimento científico, a espécie humana domina pela racionalidade. Ressalta-se que “o controle deste conjunto de sistemas pelo capital, denominado de agronegócio, também tem dominado os processos de construção de conhecimento, de tecnologias e políticas agrícolas” (Fernandes; Welch, 2008, p. 165 e 166). A subjugação pelo saber acontece para apropriação, por parte da espécie humana, dos recursos naturais no processo de trabalho e transformação em valor de uso.

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condiçãoada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou um bem (Marx, 2017, p. 159).

Em Marx (2017) a força de trabalho significa energia humana empregada no processo de trabalho e recursos naturais: “todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra” (Marx, 2017 p.256). Assim sendo, o processo de produção no modo capitalista é, antes de tudo, uma relação de subjugação entre o homem e a natureza; há a exploração da força de trabalho das pessoas e a dominação de recursos naturais. Ressalta-se que recurso natural é matéria-prima no processo de produção de mercadoria e, por vezes, essas matérias-primas são seres vivos e sencientes.

Os recursos naturais fazem parte dos elementos do processo de trabalho; em consonância com Marx (2017), no âmbito dos recursos naturais há a matéria bruta e a matéria-prima. A matéria bruta se refere aos recursos naturais da maneira como estão dispostos na natureza – deles, o trabalho apenas se apropria –, por exemplo, os rios em correnteza, a floresta em pé, as jazidas minerais. A matéria-prima, por sua vez, se refere aos recursos naturais, mas não em seu estado natural: a árvore já cortada, a água já represada, o minério já extraído. De acordo com Marx (2017, p. 315), “para que alguém possa vender mercadorias diferentes de sua força de trabalho, ele tem de possuir, evidentemente, meios de produção, por exemplo, matérias-primas, instrumentos de trabalho etc. Ele não pode fabricar botas sem couro”. Do mesmo modo, não é possível fabricar carne sem gado abatido.

Quanto maior o investimento em ciência e tecnologia para a automação de maquinários, maior será o uso ampliado dos meios de produção, e maior será a circulação de mercadoria. Sendo assim, quanto maior for a capacidade tecnológica nos empreendimentos do agronegócio na produção de carne na cadeia formal, maior será a necessidade de matéria-prima, ou seja, quanto maior for a capacidade de abate diário em plantas frigoríficas, maior será a demanda e a busca por animais vivos para o abate. E, por conseguinte, maior é a densidade de animais vivos

no trânsito, confinados, mutilados, com hematomas, ferimentos, ossos quebrados, em sofrimento e abatidos.

Nesse contexto, a crueldade com o animais acontece principalmente em decorrência da demanda exacerbada por matéria-prima possibilitada pela ampliação dos meios de produção, sendo assim, essa crueldade com os animais culmina na acumulação de capital. Conforme Marx (2017, p. 800), “concretamente considerada, a acumulação não é mais do que a reprodução do capital em escala progressiva”. Escala progressiva na acumulação de capital evidencia que, quanto mais possuidor da automação que amplia os meios de produção, mais o capitalista poderá acumular.

Inevitavelmente “toda e qualquer produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no quadro e por intermédio de uma forma de sociedade determinada” (MARX, 2017, p. 205). O problema da subjugação tecnológica especista marca-se, então, pela apropriação dos recursos da natureza numa perspectiva de dominação – a espécie humana como proprietária de todas as demais espécies de vida – e não apenas pela satisfação das necessidades vitais, isso porque a finalidade central da industrialização no processo de produção capitalista não é a de saciar as necessidades de manutenção da vida das pessoas, mas sim a de acumulação de capital.

O saber científico produz tecnologia, elabora modernos equipamentos que possibilitam a produção em ampla escala, o que viabiliza de modo acentuado a sobreposição especista, visto que, por meio da tecnologia, é possível impor controle ao tempo da colheita, aumentar a proporção da produção: na monocultura, na pecuária, nas granjas, nas indústrias de laticínios, nos frigoríficos. Nos empreendimentos do agronegócio de produção de alimentos de origem animal, por exemplo, há manutenção do cativeiro de animais, retirando-os de suas condições naturais de reprodução de suas próprias vidas, mantendo-os em condições de superlotação ou em contato com equipamentos automáticos de extração constante de seus derivados, como leite, ovos. Nesse cenário vale ressaltar a indiferença quanto à dor dos animais, que, diferente da classe trabalhadora da espécie humana, não podem reunir-se e impor um limite político.

A dominação especista por meio do saber científico, possibilitado pelo emprego da tecnologia, está nos diversos empreendimentos do agronegócio, interfere na vida dos seres sencientes e nos recursos naturais necessários à prevalência da vida, como no curso das águas, por intermédio de barragens e de usinas hidrelétricas. Repara-se que, nesse contexto, a água é matéria-prima para produção de energia, mas também é essencial à vida de diversas espécies. As consequências de usinas hidroelétricas, mineradoras, monoculturas, pecuária comercial não cessam na apropriação imediata dos recursos naturais essenciais à vida, haja vista os desastres



e as tragédias, por exemplo, rompimento de barragens, aquecimento global, escassez de água potável, insegurança alimentar.

Ademais, a subjugação especista intrínseca às relações técnicas de produção no modo capitalista é insustentável. Basta observar a discrepância entre o empenho tecnológico para acumular capital e a condição limitada dos recursos naturais. Embora as matérias-primas sejam objetos sobre os quais se trabalha, podem ser extintas. Nesse sentido, é importante estar ciente de que a prevalência da acumulação de capital está na reprodução desse modo de produção e consumo.

Reprodução, no sentido literal da palavra, é simplesmente produção nova, repetição, renovação do processo de produção. E, à primeira vista, parece que não se vê a necessidade de distinguir o conceito de reprodução do conceito de produção, para todos compreensível, nem porque se deve empregar para designá-lo uma expressão especial. Mas, justamente, a repetição, a renovação constante do processo de produção é que comporta um elemento especial, muito importante. Em primeiro lugar, a repetição regular da produção é a base e a condição geral do consumo regular e, portanto, da existência cultural da sociedade humana em todas as suas formas históricas (Luxemburgo, 1976, p. 11).

Portanto, o consumo regular da mercadoria garante a reprodução do capitalismo. Os valores especista, antropocêntrico e crueldade contra os animais nas relações técnicas de produção são reproduzidas no consumo dos produtos advindos da matéria-prima, como a carne, e convergem para a acumulação de capital.

4 Conclusão

A prevalência do antropocentrismo e da subjugação especista tecnológica ocorre a partir da capacidade da raciocinar dos seres humanos, sendo os animais sencientes mas não sapientes os seres humanos dominam pela capacidade de pensar, projetar, falar e trabalhar com as mãos. Contudo, é necessário refletir sobre esta capacidade humana de raciocinar para criticar a prevalência da subjugação de seres vivos capazes de sofrer. Pois a capacidade de pensar e construir inteligência criadora como a tecnologia dever ser emprega ao bem comum de todos os seres vivos, e não subjugação cruel de seres sencientes.

Cabe ponderar que, o emprego da tecnologia não é a causadora da crueldade por si só, este mesmo empenho em empregar ciência à tecnologia pode ser canalizado para proporcionar bem-estar de todos seres vivos, ocorre que a subjugação tecnológica é permeada pela

padronização do consumo. Sendo assim, é necessário construir alternativas à produção de alimentos em contra ponto agropecuária hegemônica global.

Desse modo, é imprescindível a construção de trabalhos científicos e o debate a respeito da subjugação ocasionada a partir do desenvolvimento da tecnologia e industrialização da agricultura, isto para visibilizar a crueldade contra os animais na produção em ampla escala, e assim despertar a consciência dos seres humanos para considerar a capacidade de sofrer dos seres sencientes, forjando assim uma sociedade que não aceita a prevalência da produção e do consumo de alimentos numa organização produtiva em que o sentido de produzir é a acumulação de capital em detrimento do sentido de unidade dos seres sencientes.

5 Referências

ALEKSANDROWICZ, Ana Maria C.; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ora os nomes estão abreviados, ora estão por extenso. Humanismo, liberdade e necessidade: compreensão dos hiatos cognitivos entre ciências da natureza e ética. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 513-526, set. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MfpGcsN7YyRZ8Q3gF8q8yBM/abstract/?lang=pt#> acessado em: 22 de novembro de 2022.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Trad. Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1999.

DARWIN, Charles. **A expressão das emoções no homem e nos animais**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

FELIPE, Sônia T. Antropocentrismo, sencientismo e biocentrismo: Perspectivas éticas abolicionistas, bem-estaristas e conservadoras e o estatuto de animais não- humanos. **Revista Páginas de Filosofia**. [s.l.], v. 1, n. 1, jan-jul/2009. Disponível em: <https://defensoresdosanimais.wordpress.com/publicacoes/artigos/antropocentrismo-sencientismo-e-biocentrismo/> Acessado em: 04/02/2024.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. 2º ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1976.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política - livro I: o processo de produção do capital**. 2º Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

SILVA, T. T. de A. Direito animal e pós-humanismo: formação e autonomia de um saber pós-humanista. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 8, n. 14, p. 161-259, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/9144>. Acesso em: 24 jun. 2022.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WULF, Andrea. **A invenção da natureza:** a vida e as descobertas de Alexander Von Humboldt - 1.ed. - São Paulo: Planeta, 2016.